

A oposição no exílio e a memória da "resistência" ao Estado Novo em São Paulo *The opposition in exile and the memory of "resistance" to the Estado Novo in Sao Paulo*

Douglas Mansur da Silva*

Resumo O artigo refere a dinâmica das relações sociais e conflitos que caracterizaram a oposição ao Estado Novo português no exílio brasileiro, e os seus desdobramentos contemporâneos, num contexto pós-colonial. No período do exílio, a ênfase recai na actuação do núcleo reunido em torno do jornal *Portugal Democrático*, editado a partir de São Paulo entre 1956 e 1975, e, no pós-regime, nas políticas do Estado-Nação português pós-colonial e nas tensões entre as diferentes lideranças associativas, patentes nas diversas posições assumidas, em particular, pelos antigos exilados. Ditas lideranças, procurando legitimidade junto dos imigrantes e do governo português, colocam-se como intermediárias culturais na promoção da imagem e da presença portuguesa no Brasil, numa arena política privilegiada: a produção de memórias.

Palavras-chave Exílio, Estado Novo (Portugal), Imigrantes Portugueses, Memória, Estado-Nação pós-colonial

Abstract The article analyses the dynamics of social relations and conflicts that characterized the opposition against the Portuguese *Estado Novo* by those exiled in Brazil, as well as its contemporary developments in a post-colonial context. In the period of exile, the analysis focuses on the members of the newspaper *Portugal Democrático*'s, edited and published in Sao Paulo between 1956 and 1975. In the post-regime, the emphasis is put in the policies of the post-colonial Portuguese nation-State and the tensions among Portuguese associative leaderships that look for legitimacy among the Portuguese immigrants and the government, as cultural brokers, by promoting the Portuguese presence in Brazil. Such initiatives, that translated in different ways of imagining the Portuguese national identity, find its manifestation in a privileged political arena: the production of memories.

Keywords Exile, Estado Novo (Portugal), Portuguese Immigrants, Memory, Post-colonial nation-State

* Antropólogo, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e investigador do CEMI-UNICAMP
Anthropologist, Adjunct Professor at the Social Sciences Department, Federal University of Viçosa (Brazil) and researcher at CEMI/UNICAMP (douglas_silva@hotmail.com)

Resumen Este artículo se refiere a las dinámicas de las relaciones sociales y de los conflictos que caracterizaron a la oposición del Estado Novo portugués en el exilio brasileiro y sus desdoblamientos contemporáneos, en un contexto pos-colonial. En el periodo del exilio, se pone énfasis en la actuación del núcleo que se reúne en torno al periódico *Portugal Democrático*, editado en San Pablo entre 1956 y 1975, y en el periodo después del régimen, en las políticas del Estado Nación portugués pos-colonial y en las tensiones entre los diferentes liderazgos de las asociaciones, que se hacen patentes en las diversas posiciones asumidas, en particular, por los antiguos exiliados. Dichos liderazgos, que buscaban legitimidad con los inmigrantes y con el gobierno portugués, se posicionan como intermediarios culturales en la promoción de la imagen y de la presencia portuguesa en Brasil, en una arena política privilegiada: la producción de memorias.

Palabras claves Exilio, Estado Novo (Portugal), Inmigrantes Portugueses, Memoria, Estado-Nación pos-colonial

■ A oposição no exílio e a memória da “resistência” ao Estado Novo em São Paulo

Douglas Mansur da Silva

Introdução

O presente artigo apresenta uma descrição processual e analítica sobre a actividade política de um núcleo de exilados portugueses - opositores do Estado Novo português - cujas actividades se centralizaram a partir da cidade de São Paulo entre os anos de 1956 a 1975, reunidos em torno do jornal *Portugal Democrático*. Trata, ainda, dos seus desdobramentos num contexto pós-colonial, no qual a actuação política dos antigos exilados tem sido referenciada, no tocante ao seu legado de militância, de modo semelhante ao que ocorre em Portugal quanto à memória da oposição e da “resistência”. No entanto, o contexto de São Paulo tem as suas especificidades no que concerne à construção dessa memória no jogo das mediações e identidades imigrantes.

O exílio no contexto do Estado Novo

“Fui sempre um exilado, mesmo antes de sair de Portugal” (Sena, 1978)

Numa sociedade extremamente vigiada como a de Portugal salazarista, onde a ideologia oficial habitava (ou invadia) todos os domínios da vida social, através da força das armas ou da persuasão, a primeira pergunta que se impõe diz respeito a quando começa o exílio, se no momento da partida ou mesmo antes. A par da acção política e da recusa completa do regime, a dimensão do exílio, num sentido subjectivo, presente em depoimentos como o de Jorge de Sena, não pode ser desprezada, mesmo ao optar-se por uma abordagem que privilegie uma visão histórica e política dos acontecimentos.

O regime não se sustentou apenas pela força policial e pela repressão, mas também por uma mentalidade dominante e que concebeu um ultranacionalismo imperialista de inspiração conservadora e tradicional. Esses dois aspectos, conjuntamente, impuseram-se como as principais barreiras frente à “luta antifascista”. Os portugueses que se exilaram no Brasil - a maior parte deles nascidos entre as décadas de 1920 e 1930 -, tomaram contacto, como os demais jovens portugueses daquela época, com um sistema educacional direccionado para a inculcação de uma mentalidade oficial e nacional-colonial.

Para muitos que militaram no campo da oposição, o exílio tem início, portanto, em Portugal, através do contacto com as práticas de oposição, por intermédio da participação nos movimentos que emergiram no decorrer e no Pós-Guerra, como o MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista), o MUD (Movimento de Unidade Democrática) e o MND (Movimento Nacional Democrático), ou por relações próximas com intelectuais contrários ao regime, produzindo um distanciamento

objectivo e subjectivo frente às ideias oficiais. A actuação política na clandestinidade, divulgando informações, infiltrando-se em sindicatos e outras associações oficiais corporativas, tornava-se pessoalmente desgastante. As formas de expulsão desses opositores foram as mais variadas.

Entre outros motivos podemos destacar a falta de perspectivas profissionais devido ao compromisso com actividades políticas, sendo alvo de exclusões (muito comuns na carreira universitária) ou da censura (no caso dos artistas, jornalistas e escritores). O quotidiano vigiado e a repressão selectiva produziam situações de medo e insegurança, como relatados em depoimentos, tal como o de L.B, que passou a desconfiar que o seu próprio cunhado fosse agente da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e que estava a vigiá-lo. L.B saiu do país, nunca tendo contado aos seus parentes, até o fim do regime, quais tinham sido, naquela ocasião, os reais motivos. O depoimento de Fernando Lemos também é enfático:

“Bom, pelas razões que eu expliquei, nós éramos exilados, nós estávamos excluídos mesmo. Quer dizer, nós não tínhamos vez. As pessoas mais velhas do que eu – o Casais já era meu amigo lá, o Casais Monteiro, e veio para aqui depois...eu ajudei-o a vir para aqui –, que eram gente já de outra geração anterior, que já estavam queimadas, já não tinham a exercer nada, nem publicavam, nem dar aulas e tal, então essa era a expectativa que eu tinha, era de que eu iria acabar também sendo mais um excluído, ia fazer...estava criando a carreira de excluído, né? Então nós já éramos exilados, a gente sentava só em certos lugares onde encontrava os amigos, onde tinha menos Pides à espreita, que já se identificava, a gente já sabia que eram...que estavam ouvindo a conversa. Era um terror, quer dizer, éramos exilados mesmo dentro do próprio país...”¹

A chegada ao Brasil

Tal sentimento de distanciamento fez com que muitos se identificassem como um tipo singular de imigrante ao chegar ao Brasil. Não eram “imigrantes económicos”, como a maioria dos portugueses da “colónia”, mas “imigrantes políticos”; ou mesmo não eram “colónia”, mas “diáspora”; por fim, não eram simplesmente “imigrantes”, mas “exilados”. Além disso, eram “portugueses”, o que significava estarem imersos num universo de significados próprios das relações históricas e ambíguas entre o Brasil e Portugal.

Os “exilados”, assim que chegavam ao Brasil, acentuadamente entre as décadas de 1950 e 1960 no caso do Portugal Democrático, deparavam-se de imediato com um discurso de propaganda “oficial” amplamente difundido junto das “colónias” de imigrantes portugueses. Esse discurso atribuía um papel “heróico” ao emigrante no suposto “destino migratório” do país, mas, sobretudo, operava uma justaposição entre patriotismo e apoio ao governo - discurso que por sua vez posicionava os opositores do regime como “antipatriotas” ou “traidores”. Além do discurso “oficial”, os anti-salazaristas defrontavam-se, ainda, com um quadro de acções estruturado desde a década de 1930, que vinculava a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro e os consulados regionais, como o de São Paulo, aos órgãos “oficiais” do governo português, exercendo vigilância e controle.²

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao facto dos exilados do pós-II Guerra Mundial se diferenciarem substancialmente dos primeiros exilados, predominantemente de orientação republicana e presentes no Brasil desde 1927. Sem abandonar alguns dos princípios da causa republicana, tal tradição política teve novo significado, em decorrência de características diferenciadas entre o republicanismo e os movimentos de contestação do regime decorrentes da II Guerra Mundial. Assim, durante todo o período da resistência no exílio, o dia 5 de Outubro, data da Revolução Republicana, foi comemorado ano após ano, como “uma jornada de esperança” na transformação de Portugal e, no final de cada acto, enunciava-se a sentença republicana “antes quebrar do que torcer”, traduzindo a incontinência de convicções.

A “resistência” pós- II Guerra Mundial, no exílio

A fase de integração

Os opositores do pós-guerra (incluindo aqueles que exilaram) singularizam-se pela sua diversidade. Apesar da acentuada presença de militantes comunistas, há também socialistas, anarquistas, liberais republicanos, monarquistas e, após as eleições portuguesas de 1958, dissidentes que surgem do interior do próprio regime. Os opositores que se reuniram em torno do Portugal Democrático tinham essa peculiaridade. Contava-se entre eles republicanos como João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão, simpatizantes do socialismo como Adolfo Casais Monteiro e Maria Archer, e uma maioria de comunistas. A oposição no exílio contou com o apoio militante e voluntário de um número expressivo de operários, técnicos e funcionários, além de intelectuais, escritores e jornalistas, que deram uma significativa contribuição à cultura e à sociedade brasileira, pela sua actuação nas universidades e nos meios artísticos e literários. Apesar da diversidade política, podemos destacá-lo como um movimento que procurou a constituição de uma *unidade*, com muitas das características próprias dos movimentos de esquerda que emergiram no pós-guerra.

Fundado em 1956 por iniciativa de Vítor de Almeida Ramos (que seria professor de literatura em Araraquara e na Universidade de São Paulo) e Manuel Ferreira Moura (técnico-operário), ambos comunistas, o jornal procurava congregar os anti-salazaristas que se encontravam dispersos em São Paulo desde o encerramento do Centro Republicano Português em 1944.

O jornal teve circulação restrita na sua primeira fase. Apesar do seu fracasso inicial no biénio de 1956/57, deixando de circular entre Julho de 1957 e Maio de 1958, foi nesse momento que se articulou uma rede de contactos e a angariação do apoio de sectores expressivos da sociedade brasileira, tais como grupos de intelectuais, associações de artistas, universidades, imprensa, meios literários, movimentos sociais e sindicais, o que permitiu a criação do *Comité dos Artistas e Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão*, visando marcar posicionamentos públicos frente aos actos de censura ou perseguições do regime.

A característica dominante dessa primeira fase foi a produção de categorias diferenciais em relação à interpretação da situação migratória de português no Brasil, distanciando-se das demais trajetórias migrantes, através de uma auto-atribuição como “exilados” ou “emigrantes políticos”, em contraposição aos contingentes de “emigrantes económicos”. As críticas eram direccionadas, sobretudo, à difusão da propaganda do regime no Brasil, bem como às manifestações públicas de apoio organizadas pelos “comendadores”³ – frente às quais se questionava a representatividade dessas lideranças junto aos imigrantes.

Os acontecimentos decorrentes das eleições de 1958, quando o General Humberto Delgado se apresentou como candidato pela oposição unificada em Portugal, possibilitaram uma maior divulgação da “questão portuguesa” nos meios de comunicação brasileiros, ao mesmo tempo que forçaram ao exílio muitos dos participantes directos da campanha, incluindo intelectuais, artistas, jornalistas e académicos. Além disso, o significativo êxito que conseguiram ao estabelecerem uma *unidade* da oposição no exílio permitiu ao movimento estender-se em redes internacionais, decorrência directa dos contactos mantidos em diversas partes do mundo, para os quais foram determinantes os vínculos já estabelecidos pelo PCP.⁴

A vinda de destacadas lideranças políticas para o exílio no Brasil, como Humberto Delgado⁵ e Fernando Queiroga⁶, em 1959, e Henrique Galvão, em 1961, teve um efeito definitivo sobre a discussão acerca dos papéis da oposição exilada, mas foi a “questão colonial” o tema que produziu as maiores cisões na unidade alcançada pela oposição no exílio.

Cisões: a “questão colonial”

No ano de 1961 tiveram início os conflitos de libertação nacional nas então “colónias” portuguesas em África. Meses antes, a passagem do ano foi marcada pela notícia do sequestro do paquete “Santa Maria”, um transatlântico português que fazia a ligação entre Lisboa, La Guairá na Venezuela e Por Everglades na Flórida, EUA. O capitão Henrique Galvão⁷ comandou as operações cujas finalidades ainda são objecto de controvérsias. Alguns depoimentos afirmam que a sua estratégia era justamente a de tomar o navio e levá-lo até ao Brasil, provocando uma exposição mundial e denunciando o regime português (Raby, 1995). Se essa foi a sua real intenção, podemos afirmar que foi extremamente bem sucedido. Contudo, o “capitão” teve o navio que comandava interceptado por forças norte-americanas quando se dirigia à África. Após a negociação da rendição, Galvão esperou pela posse do recém-eleito Presidente do Brasil, Jânio Quadros, em Brasília - que se tinha comprometido, anteriormente a acolhê-los, caso fosse necessário (*Portugal Democrático*, n.º 45, Fevereiro de 1961, p.1 e centrais). Durante a viagem, muitos militantes anti-salazaristas juntaram-se ao grupo – entre os quais Humberto Delgado e Miguel Urbano Rodrigues – e vários desses afirmam, em depoimentos concedidos a outros pesquisadores, que a intenção inicial de Galvão era a de se dirigir até Angola, conquistar o apoio dos revoltosos com o governo português e proclamar a independência daquele país (Raby, 1995).

Num primeiro momento, a notícia do assalto ao “Santa Maria” provocou um enorme entusiasmo junto da oposição exilada. Contudo, após o seu acolhimento no Brasil, Galvão distanciou-se dos demais núcleos anti-salazaristas, em consequência do seu posicionamento frente à questão colonial e do seu anticomunismo declarado. Numa reunião realizada no dia 5 de Março de 1961, em São Paulo, constituiu-se uma tentativa de salvaguardar a “unidade” entre os núcleos de anti-salazaristas reunidos no Brasil e de dar apoio aos conflitos recentemente iniciados em África. O programa de trabalho, coordenado por Manuel Sertório, fixou-se nos seguintes pontos: 1. apreciação do problema de uma maior penetração democrática na colónia portuguesa do Brasil; 2. apreciação do problema da interligação dos vários núcleos políticos de emigrados e destes com a frente interna (Portugal Democrático, n.º47, Abril, 1961:8).

Na reunião estiveram presentes membros do Portugal Democrático e do jornal *Portugal Livre*, além de Henrique Galvão, que compareceu apenas por alguns minutos, diversos representantes de outras regiões do Brasil e um delegado dos partidos africanos veio ao Brasil para participar dessa reunião. Este foi o primeiro de uma série de encontros que geraram a ideia da constituição de uma frente internacional, como a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN),⁸ aquela para a qual Humberto Delgado se dirigiu após a sua partida do Brasil. Em contrapartida, o apoio retirado nessa reunião, favorável à autonomia das então “colónias portuguesas em África”, não mais tornou possível a “unidade” de todos os anti-salazaristas exilados no Brasil. A partir desses conflitos, a palavra “unidade” - constantemente referida nas páginas do jornal - teria de ser ainda mais substantivada. Nesse sentido, tal categoria passava a representar não apenas uma luta comum contra um regime, mas também contra a sua política e fundamentos coloniais, isto é, a favor dos movimentos africanos de libertação nacional e pela destruição de todo o aparelho estatal do Império.

Em decorrência de tais cisões, parte da oposição exilada procurou elaborar novos denominadores comuns, através da criação de uma frente, a Unidade Democrática Portuguesa (UDP). A “Declaração” da UDP, documento elaborado no final de 1961, procurou condensar os posicionamentos dessa oposição. No documento,⁹ que declarava o apoio e o estreitamento dos vínculos com os movimentos de Libertação Nacional com a causa “anticolonialista”, estabelecia-se o papel da resistência no exílio como o de apoio à “Frente Interna” e reafirmava-se a “unidade”, contra todas as formas de discriminação ideológica. Ainda ficava demarcado, de maneira implícita, o distanciamento frente a outros modos de actuação política, como o individualismo, o populismo, o guevarismo, o putschismo. O Portugal Democrático e a UDP aproximaram-se dos movimentos africanos, mas o jornal sofreu uma redução na diversidade dos seus quadros. Henrique Galvão optou por criar a Frente Anti-Totalitária dos Portugueses Livres no Exílio (a expressão “anti-totalitária” dirigiu-se aos comunistas).

Ditadura militar no Brasil e a rejeição do espaço colonial português

Após o golpe militar brasileiro, a 31 de Março de 1964, o Portugal Democrático viu-se forçado a romper cada vez mais com os seus vínculos junto dos sectores da sociedade

civil brasileira, orientando-se preponderantemente como um jornal “anti-colonialista” e de divulgação dos acontecimentos decorrentes das chamadas “Guerras Coloniais” ou de “Libertação Nacional”. Sectores nacionalistas do regime militar apoiavam a causa anti-colonial, possibilitando a permanência do jornal muito embora esta presença não fosse tranquila. Os vínculos com os movimentos de Libertação Nacional em África, a divulgação dos acontecimentos das Guerras Coloniais e a preparação de dossiers dirigidos à denúncia das acções do regime em África junto à Assembleia da ONU, foram as principais actividades desta fase. De facto, o jornal tornou-se mais internacional. No entanto, um conjunto de acções referentes ao espaço das relações entre o Brasil e Portugal merece destaque.

Nos primeiros anos do regime militar, o Estado brasileiro discutiu a sua postura em relação à África, particularmente a de “expressão portuguesa”. Havia uma proposta, por parte de Salazar, do Brasil utilizar as colónias portuguesas em África como “portos livres”, isto é, zonas de comércio que poderiam atrair o país por se apresentarem como pólos de exportação de produtos industrializados. Esta proposta integrava-se na ideia de criação de uma comunidade luso-brasileira (Bava Jr., 1986). Salazar tinha grande interesse em conseguir o apoio do Brasil para a sua política colonial, face às pressões internacionais e às condenações que vinha a sofrer. O apoio do Brasil tinha força simbólica, tanto para os organismos internacionais, como para travar os movimentos de libertação nacional, que contavam com o apoio brasileiro. O aspecto simbólico residia, sobretudo, no facto do Brasil ter sido uma ex-colónia de Portugal, o que legitimava, de certo modo, o discurso da “irmandade”, a constituição de uma “comunidade de sentimentos” entre países de língua portuguesa e, por conseguinte, a presença de Portugal - pelo passado histórico comum e pela língua - em tais territórios africanos.

O discurso do Chanceler português Franco Nogueira, de 21 de Julho de 1964, sintetizava as esperanças de aproximação dos interesses coloniais com o regime militar brasileiro: “Nós não pomos limites à colaboração com o Brasil e pensamos, ao contrário, que quanto mais estreita, mais profunda e mais ampla for essa colaboração tanto melhor será para os interesses do Brasil e de Portugal. De tudo o que dizemos ao Brasil nesta linguagem temos em mente uma vasta Comunidade de mais de cem milhões de habitantes ...” (cit. em Bava Jr., 1986: 111).

Do lado brasileiro, o Presidente Marechal Castelo Branco defendia uma alternativa neo-colonial na formação da Comunidade Afro-Luso-Brasileira, revelando os interesses do regime militar brasileiro, nessa ocasião, em credenciar-se como “natural” mediador no processo de “independência” das então colónias portuguesas em África. Carlos Lacerda, político brasileiro conservador e líder histórico da União Democrática Nacional (UDN), também se manifestou publicamente a favor dos “portos livres” como sendo a única maneira do Brasil penetrar nos mercados africanos. Entretanto, sectores nacionalistas da ditadura passaram a avaliar a questão de outra maneira. A partir de 1968, com base no cenário existente na época, os governos dos generais Costa e Silva e Garrastazu Médici contestaram o poder efectivo de tais mercados - pois, devido às guerras coloniais, os produtos que o Brasil se interessava em exportar não encontrariam grande procura (*Portugal Democrático*, n.º 107, Junho de 1966:3).

Ao mesmo tempo, o andamento dos conflitos, com forte pressão internacional favorável à autodeterminação, fazia com que se apostasse mais na derrota do colonialismo português, sendo mais interessante negociar directamente com os países recentemente independentes. Paralelamente, encontrava-se ainda difundido um certo sentimento anti-colonial entre os núcleos militares mais nacionalistas, que aproximava a causa de independência dessas colónias à afirmação da autonomia e do nacionalismo brasileiro (depoimentos).

Esta última opção configurou-se, aos poucos, como vencedora. A conjugação de todos esses detalhes contextuais, aliados a uma perspicácia dos imigrantes anti-salazaristas em explorar as contradições do discurso nacionalista militar, apropriando-se do que nele mais lhes interessava, permitiu uma situação inédita: a manutenção da publicação de um jornal de esquerda, formado por notórios comunistas e socialistas, entre outros, em pleno regime ditatorial militar, em que a esquerda brasileira sofria o seu pior período de repressão. Podemos afirmar que as únicas intervenções dos exilados portugueses quanto às políticas estabelecidas pelo Estado brasileiro, durante o período da ditadura, referiam-se a tratados assinados entre o Brasil e Portugal, acordos comerciais, de apoio e amizade ou de colaboração mútua. No entanto, essa intervenção era sempre feita manifestando-se um sentimento de preocupação com os possíveis prejuízos que a medida implicaria para o Brasil, ressaltando a situação constrangedora internacional de Portugal.

De facto, posicionaram-se como um dos poucos, talvez único, contingentes de imigrantes que chamaram a atenção para uma série de paradoxos e ambiguidades das relações e dos tratados de colaboração e amizade entre o Brasil e Portugal, consagrados em 1972, assim como das retóricas da “irmandade” e do “lusotropicalismo”. Na longa história de imigração dos portugueses no Brasil, este núcleo talvez tenha sido o único a enfatizar as *diferenças* e as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes na sociedade brasileira, ao contrário das *semelhanças* e do sucesso na “aventura migratória”, como a maioria (das bem sucedidas) lideranças migrantes (Feldman-Bianco, 2001).

O pós-colonial e a memória da “resistência”

Com o fim do Estado Novo, o *Portugal Democrático* mantém a sua publicação por mais um ano, com a cobertura dos acontecimentos da Revolução. Muitos dos exilados retornam a Portugal e procuram participar nas mobilizações decorrentes do 25 de Abril, seguindo orientações partidárias e programáticas diversas, emergentes do processo revolucionário e de re-democratização da sociedade portuguesa. No entanto, uma parcela considerável desses militantes não deixa o Brasil e funda, em 1982, o Centro Cultural 25 de Abril (CC25A), em São Paulo. Desde então, a celebração anual do aniversário da Revolução e a participação activa nas questões políticas que envolvem os imigrantes portugueses no Brasil têm sido constantes, agora num contexto de regime democrático e pós-colonial.

Durante o processo de descolonização, decorrido após o fim do Estado Novo, os sucessivos governos procuraram rever a inserção de Portugal em novos espaços supranacionais, tendo-se optado pela entrada de Portugal na União Europeia (U.E.), em 1986, e pela constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesses dois espaços, o Estado-nação português tem procurado reelaborar o seu papel de intermediário entre a Europa e a África – e a sua centralidade em relação ao novo espaço lusófono (Feldman-Bianco, 1992).

Por fim, o espaço das relações entre o Brasil e Portugal tem sido novamente intensificado, tanto pelo aumento da imigração brasileira em Portugal, como pela entrada de novos capitais e investimentos portugueses no Brasil, sobretudo ao longo do processo de privatização levado a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De facto, o Estado-nação português pós-colonial tem procurado, desde pelo menos a década de 1980 – e acentuadamente a partir de 1996 – estreitar laços junto das populações emigradas, através de um conjunto de políticas e da criação de espaços para consulta e encaminhamento de pedidos. Além do mais, tem concedido aos luso-descendentes o direito à dupla cidadania e tem vindo a atribuir aos chamados “portugueses espalhados pelo mundo” um papel de mediador (ou de *intermediário cultural*, para utilizarmos a noção elaborada por Wolf, 1999) na promoção da intensificação de trocas de capitais entre os dois países, e no fomento de uma visibilidade pública de uma “nova imagem de Portugal” no Brasil, onde se representa um Portugal moderno e europeu (Feldman-Bianco, 2001).

No dia 27 de Abril de 1997 realizou-se o primeiro acto que viria a compor a figuração de poder que aqui se analisa: as primeiras eleições para a constituição do Conselho das Comunidades Portuguesas. Câmara de carácter consultivo, composta por 100 Conselheiros (25 do Brasil e os demais de diversos países onde há um número significativo de imigrantes portugueses), essas eleições revestiam-se de um significado especial: tratava-se da primeira possibilidade de exercer, na emigração, o direito de voto, independente do vínculo a associações. As listas que se constituíram acabaram por repor clivagens internas à “colónia” portuguesa em São Paulo, relacionadas com o passado salazarista. De um lado, antigos exilados do regime e, de outro, membros de associações cujo passado esteve, de algum modo, vinculado ao apoio ao regime ditatorial. As eleições foram marcadas por acusações recíprocas de “salazaristas” e “antidemocráticos”. Entretanto, um desafio comum a ambas as lideranças emergiu desse processo: solucionar o problema da pouca presença às urnas, em torno de 121 mil votantes num universo de quase 3 milhões de eleitores.

Encontrar um modo de despertar nos “portugueses espalhados pelo mundo” o interesse não apenas por uma afirmação de identidade como “português”, mas também em participar do conjunto de políticas então propostas, representava um desafio tanto para o governo (que para tal conclamava, em seguidos actos públicos, os *intermediários culturais*), quanto para muitas dessas lideranças. A aparente “apatia” do imigrante diante de direitos que ao qual lhe estavam a ser outorgados encontrava-se expresso no que se chamou, no decorrer do acto, de dilema da “invisibilidade”.

Silva (2002) e Seki (2000), que orientaram as suas pesquisas para o universo de imigrantes qualificados como “invisíveis”, observaram que a população em questão não apenas se afirmava como “portugueses”, apesar dos regionalismos e ao contrário da alegação das “lideranças”, como também participavam de outros espaços da lusitanidade, não apenas associativos, mas locais como rádios, grupos folclóricos e sociedades beneficentes, entre outros. Neste sentido, o dilema da “invisibilidade” expressava-se como um problema, sobretudo, no discurso das lideranças que se apresentavam como mediadores.

Interessado em atrair o maior contingente possível de imigrantes, o então governo do PS passou a disponibilizar verbas, a partir de 1999, para actividades que promovessem a participação desses imigrantes nas acções de estreitamento das relações económicas, culturais e políticas entre o Brasil e Portugal. Mais especificamente, o governo e os empresários portugueses, que passariam a investir fortemente no mercado brasileiro, naquele momento, viam no numeroso contingente de imigrantes no Brasil, empresários ou consumidores em geral, a possibilidade de atrair, conforme os termos empregues, não apenas “cidadãos”, mas também “aliados”, “parceiros”, “clientes” e “consumidores”, paralelamente à dinamização das redes de remessas de dinheiro da imigração para Portugal. Ao disponibilizar tais recursos o Estado português visou, ainda, a objectivação de uma cultura portuguesa moderna e europeia, como parte da estratégia de atracção de investimentos no espaço bilateral Brasil-Portugal. Entretanto, tem encontrado respostas diferentes, tanto da parte daquelas lideranças, como dos demais imigrantes.

Ora, revestir de crença e legitimidade as suas acções é o que tem sido desejado não apenas por representantes do governo português, mas também por aqueles imigrantes que se apresentam como líderes. No caso de São Paulo, as lideranças têm-se diferenciado à volta de três questões: 1) a relação que travaram no passado com o regime salazarista, quer de apoio, quer de oposição; 2) a afirmação do regionalismo ou de uma visão “nacional” do “ser português”; 3) o legado a ser deixado aos luso-descendentes e as relações que travam entre si.

Imigrantes que vieram para o Brasil para trabalhar e/ou fazer fortuna, trabalhadores de origem rural ou urbana e antigos exilados do salazarismo, constituem apenas algumas das experiências e clivagens que decorrem da ancestral imigração portuguesa para o Brasil (e da ambivalente *presença* do português como colonizador e imigrante). Entrecruzam-se, ainda, múltiplas referências de tempo e espaço (regionais, nacionais, transnacionais), que se relacionam com as experiências migratórias, trajectórias de vida e localizações sociais específicas, sendo accionadas por esses imigrantes para comporem as mediações simbólicas pelas quais tempo e espaço participam da configuração social.

Talvez por esses motivos a produção de memórias tem-se tornado uma das áreas privilegiadas das disputas pelo poder e legitimidade como *intermediário cultural* entre o Brasil e Portugal. De facto, a construção de memórias traz no seu seio não apenas respostas diferenciais às “políticas de objectivação da cultura portuguesa”, mas também referências à produção de identidades, traduzindo modos distintos de imaginar o facto de pertencer à

nação. A promoção de eventos, festejos, celebração de datas e edificação de monumentos têm trazido à tona os dilemas de se imaginar a *presença* portuguesa no Brasil.

A partir da disponibilização de recursos oficiais e de cargos (de confiança ou electivos) para a promoção de uma imagem do “Portugal moderno e europeu” (em contraposição com os estereótipos de “atraso” e “ignorância”, em geral usados pelos brasileiros), uma série de eventos, celebrações e a constituição de marcos simbólicos na paisagem paulistana têm disputado e fomentado, de maneira diferencial, a renovação da imagem de Portugal no Brasil.

Da parte do Estado, a aposta no Estado pós-colonial e na promoção da imagem de uma nação europeia, moderna e empreendedora tem ficado a cargo de instituições como o Consulado português da cidade, o Instituto Camões (responsável pela área cultural) e o ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.

A Casa de Portugal é um dos elos cruciais da rede de relações de poder entre os imigrantes portugueses em São Paulo. Composta por antigas lideranças, cujo passado em muitos casos está associado, de alguma maneira, ao salazarismo, este segmento da imigração - que tem sido apelidado de “comendadores” (no passado, um símbolo de honra, no presente, uma categoria acusatória) -, encontrava-se, nos fins dos anos 1990, à frente de algumas associações, como a própria Casa de Portugal de São Paulo, as direcções da Federação das Associações Luso-Brasileiras, da Academia Lusíada de Letras e Artes, bem como do Conselho das Comunidades Luso-Brasileiras e da Câmara de Comércio.

Embora sob várias siglas, essas associações eram controladas por um número muito restrito de imigrantes, onde o acumular de cargos era algo comum. Tendo em vista as actuais políticas culturais e de investimento portuguesas, tais lideranças têm-se empenhado, ao longo dos últimos anos, na promoção de vários eventos, cujo cronograma intercala actividades culturais, reuniões de negócios e celebrações públicas e religiosas, com destaque para a construção ou restauro de monumentos e bens simbólicos na paisagem paulistana. Em várias dessas ocasiões, a figura de Camões é retomada, agora como símbolo de um Portugal da nova era, europeu, empreendedor, desterritorializado. Simboliza, ainda, o “carácter épico e desbravador dos portugueses”, tanto pela leitura da sua obra, como pela sua vida além-mar. Enaltecem a figura do imigrante, como modelos de “heróicos empreendedores” na “aventura” ou “destino migratório” do país, o que conota uma associação directa com as imagens do salazarismo acerca do “império”, das “colónias” e dos “imigrantes”. Nas manifestações públicas, consideram a recente procura portuguesa por mercados para além das fronteiras nacionais como o revigoramento de “um grande feito histórico”, significando, para Portugal, um “novo ciclo de expansão internacional”.

Outro elo da rede de relações entre os imigrantes portugueses de São Paulo é representado pelas casas e associações de apelo regional - em torno de trinta apenas na cidade de São Paulo -, entre as quais se destaca a Casa dos Açores. Fundada em 1974, logo após a Revolução, com o intuito de “reviver a tradição”, a associação tem orientado as suas actividades culturais para a promoção da “açorianidade”, através de fes-

tejos religiosos (o calendário da Casa dos Açores segue as datas religiosas católicas, como o dia de Pentecostes e Páscoa) e Juninos, procurando celebrar a “tradição”, a “autenticidade” e o regionalismo (Santos, 1998).

No dia 22 de Abril de 1999, junto à estátua de Pedro Álvares Cabral, no Parque do Ibirapuera, celebrava-se o aniversário do “descobrimento do Brasil”, além do “Dia da Comunidade Luso-brasileira”. Ao lado de políticos locais, lideranças migrantes, governamentais e empresariais lusas (a maioria ligados à Casa de Portugal), assistiram ao discurso do cônsul português de São Paulo, do qual destacamos o trecho: “Eu penso que esta data que hoje é importante, para o ano é ainda mais importante porque estamos a comemorar 500 anos e penso que temos a sorte de estarmos a comemorar esta data numa altura em que as relações entre os dois países, Portugal e Brasil, nunca foram tão estreitas, desde a independência do Brasil.... Temos relações políticas excelentes hoje (...) e (...) uma presença económica no Brasil das nossas empresas, que é cada vez mais forte. Penso que, o facto de hoje em dia termos ultrapassado a fase em que havia apenas os símbolos e laços afectivos entre os dois povos, para termos também uma entrada e uma participação muito forte na área política e económica. Para tal, é de fundamental importância a actuação e o empenho da «comunidade portuguesa» no Brasil...”.

No dia 10 de Julho daquele mesmo ano, data que marca a celebração do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, junto à estátua de Camões no centro de São Paulo (em frente à Biblioteca Municipal Mário de Andrade), Francisco Knopfli, então embaixador português no Brasil, voltou a reforçar esses argumentos, destacando ainda mais a importância das populações migrantes para o reforço desses vínculos “culturais, afectivos, políticos e económicos”.

Naquele ano, a celebração do “Dia da Comunidade Luso-Brasileira” provocou reacções críticas do CC25A, não apenas por discordarem de se retomar uma data do calendário salazarista, mas pela associação entre “comunidade” e figuras de “empreendedores e heróis descobridores”. O CC25A tem preferido ressaltar o “carácter” forçado dos fluxos migratórios, quer por motivos políticos, quer económicos. Têm optado, ainda, por um discurso que visa ressaltar as difíceis condições de vida da maioria dos portugueses no Brasil. Discordam, portanto, do modo tido pelo núcleo por “ufanista” representado nas manifestações dos chamados “comendadores”. O maior desagrado ocorreu, ainda, quando souberam que, na programação do 25 de Abril constavam também apresentações com artistas cujos nomes e canções estavam ligados aos acontecimentos da Revolução e que no mesmo dia e horário da celebração do 25 de Abril pelo CC25A haveria uma “Missa do Descobrimento”, transmitida pela TV (SBT), celebrada pelo Padre Marcelo Rossi, tendo como outros atractivos a vinda de uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e de um padre português cuja ascendência familiar remontava a Pedro Álvares Cabral.

Em consequência desses acontecimentos, o CC25A publicou artigos manifestando as suas opiniões na imprensa imigrante. De facto, o CC25A não reivindicava apenas uma participação dos seus membros como *intermediários culturais* nas então recentes políticas de governo para a migração, mas outra leitura acerca do legado a ser deixado, pela emigração, aos luso-descendentes.

Uma dessas disputas simbólicas deu-se por ocasião da organização de um evento cultural de grandes proporções em São Paulo, no ano de 1999, cuja temática estava relacionada com a “cultura portuguesa”. O CC25A discordou da escolha, por parte do governo português, dos membros da comissão responsável pela promoção das actividades de divulgação cultural do evento. A reacção pública do CC25A deu-se através da imprensa imigrante e de uma “carta aberta” que circulou nos corredores do evento, denunciando as relações dos membros da tal comissão com o apoio, no passado, ao regime de Salazar. A indicação de alguns nomes chegou a provocar a indignação emotiva de vários antigos exilados.

Outro desdobramento desse acto consistiu na reinauguração da sede do CC25A e na elaboração de uma programação “cultural e artística”. Alegavam que lhes competia este papel de promotor cultural, uma vez que durante todo o período da ditadura foi no exílio, e através dos anti-salazaristas (muitos deles participantes directos do jornal *Portugal Democrático*) que se produziu uma literatura e manifestações artísticas vinculadas à modernidade e sem comprometimento político ou estético com o antigo regime.

Entre Abril e Julho de 2000, integrantes da Casa de Portugal voltariam a inaugurar os monumentos a Pedro Álvares Cabral e Camões, ainda por ocasião da celebração do “descobrimento do Brasil”. O CC25A opôs-se a tais comemorações. Em contrapartida, no ano seguinte, durante as celebrações do 25 de Abril, inauguraram o “Monumento ao 25 de Abril – Revolução dos Cravos”, erguido no “Largo Mestre de Aviz”, local que já possuía estátuas de Fernando Pessoa e do Infante Dom Henrique.

Para além das recentes políticas do Estado-nação português, há que se ressaltar que a atracção dos “lusos-descendentes” para as suas fileiras constitui-se num desafio crucial para os projectos de continuidade ou de renovação de tais organizações, uma vez que a emigração de portugueses para o Brasil tem-se reduzido, de maneira acentuada, desde o início da década de 1960. De facto, em 2000, foi criada a Associação de Lusos-Descendentes do Estado de São Paulo (Aldesp), iniciativa que contou com o apoio da Casa de Portugal. No entanto, as casas regionais, os ranchos e grupos folclóricos têm atraído de maneira mais efectiva os ditos “lusos-descendentes”, não tanto de maneira claramente política - visando a conquista de direitos ou a participação em instâncias representativas -, mas orientada para o aspecto “cultural”, isto é, para o interesse em inventar e manter a “tradição”. Quanto ao CC25A, a atracção de “lusos-descendentes” é bem menos expressiva em termos quantitativos: a associação investe na celebração do legado dos anos do exílio e na produção de tal memória, com o intuito de difundi-la junto da população brasileira, de modo geral, além dos “lusos-descendentes”. Apesar de algum reconhecimento expressivo, por exemplo, de sectores do meio académico e cultural brasileiro, a atracção de jovens para os quadros da associação tem sido bastante incipiente. Entre outros aspectos, a adopção de um discurso que enfatiza a diferença, em prol de uma identidade portuguesa, diaspórica - algo que remonta ao exílio, contrasta com o idioma da ambiguidade que frequentemente marca a construção das semelhanças e diferenças entre o Brasil e Portugal (Silva, 2003).

Notas

- ¹ Entrevistas realizadas na cidade de São Paulo: Alexandre Antunes Pereira a 12 e 18 de Abril de 1997; Fernando Lemos a 16 de Junho de 1999; Dulce Helena Pessoa Ramos a 14 de Julho de 1999; João dos Santos Baleizão a 29 de Julho de 1999; Miguel Urbano Rodrigues a 27 de Setembro de 1999.
- ² Nessa rede, exerciam um papel central as associações de imigrantes, através de suas lideranças (Paulo, 1995).
- ³ Os comendadores, na sua maioria imigrantes “bem sucedidos”, eram portadores de “comendas”, título de carácter honorífico delegado pelo governo português.
- ⁴ Entre 1958 e 1965, o jornal amplia a sua rede de distribuição para diversas partes do Brasil e, no âmbito internacional, para a América do Sul e do Norte, África (União Sul-Africana e “colónias”), Austrália e Europa (França, Inglaterra, ex-Checoslováquia, Holanda, Bélgica e Alemanha).
- ⁵ Militar de carreira bem sucedida dentro do regime, muda os seus posicionamentos a partir de missões que realiza em países de regime democrático, como os EUA e a Inglaterra.
- ⁶ Militar que, em 1946, comandou o movimento conhecido como “Revolta da Mealhada”.
- ⁷ O capitão Henrique Galvão era um dissidente do regime. De apologeta do Estado Novo e do colonialismo passou para a fileira dos anti-salazaristas após o conhecimento das condições de trabalho nas colónias portuguesas em África. Denunciou práticas de trabalho escravo e acusou o regime de não ter uma política de desenvolvimento para as colónias. Em consequência, foi preso e condenado, mais de uma vez. Ao fugir da prisão, procurou asilo na Argentina, depois na Venezuela, local de onde conseguiu organizar, a partir de 1959 e em conjunto com espanhóis, o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), organização que visava acções para a derrubada dos regimes “fascistas” nos seus países. A principal iniciativa levada a cabo pelo DRIL foi o sequestro do “Santa Maria”.
- ⁸ A criação da FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional) foi proposta na “Conferência Internacional dos Antifascistas Portugueses”, no ano de 1962, em Paris. A FPLN instalou-se na Argélia.
- ⁹ Assinaram: Casais Monteiro, Augusto Aragão, Jorge de Sena, Carlos Cruz, Ricca Gonçalves, João Manuel Tito de Morais, Fernando Lemos, João Sarmento Pimentel, Joaquim Duarte Baptista, Francisco Sarmento Pimentel e Tito de Morais. Em São Paulo, a 22 de Outubro de 1961.
- ¹⁰ A palavra seria utilizada, por algumas lideranças, para se referir, propriamente, a uma estratégia de inserção do português na sociedade brasileira, através do velamento daqueles que seriam os sinais diacríticos evidentes – o mais evidente de todos o sotaque – e as suas consequências para um incipiente associativismo.

Referências bibliográficas

- Arquivo do Estado (secção Deops), São Paulo/SP. Registo: Humberto Delgado (41-E-5-1)
- Bava JR., A.C. (1986), *A Dialética do Anti-Colonialismo: economia política da política exterior brasileira*, dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP.
- Feldman-Bianco, B. (1992), “Multiple Layers of Time and Space: the construction of class, ethnicity and nationalism among Portuguese immigrants” in Glick-Schiller, N.; Basch, L. e Blanc-Zanton, C. (orgs.), “Toward a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 65, pp.145-174.
- Feldman-Bianco, B. (2001), “Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: construction of sameness and difference”. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 8, n.º4, Dezembro, pp. 607-650.
- Paulo, H. (1995), “Os «Insubmissos da Colónia»: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil, 1928-1945”, *Penélope*, Lisboa: Cosmos, n.º 16, pp.9-24.
- Portugal Democrático*, colecção completa, 205 números: Julho/1956 a Abril/1975
- Raby, D.L. (1988), *A Resistência Antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa: Ed. Salamandra.
- Raby, D.L. (1995), “O DRIL (1956-1961), “Experiência única de oposição ao Estado Novo”, *Penélope*, Lisboa: Cosmos, pp. 63-86.

- Santos, G.A. (1998), "A Festa do Divino Espírito Santo entre os Açorianos de São Paulo", *Travessia*, n.º 26, São Paulo, Maio/Agosto, pp. 26-30.
- Seki, C.H. (2000), *Diáspora Invisível?*, Monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, Campinas: IFCH/UNICAMP.
- Sena, J. (1978), "Fui sempre um exilado, mesmo antes de sair de Portugal", *Abril*, Lisboa, n.º 3, pp.36-38.
- Silva, E.C. (2002), "A Dialética da Inclusão e da Exclusão: disputas políticas entre imigrantes portugueses em São Paulo", *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n.º19, pp. 120-134.
- Silva, E.C. (2003), "La Saudade des Jeunes et la Modernité des Vieux: constructions culturelles de la ressemblance et de la différence chez les migrants portugais et luso-descendants de São Paulo", *Recherches em Anthropologie au Portugal*, n.º 9, pp. 47-59.
- Wolf, E. (1999), "Aspectos das Relações de Grupos em uma Sociedade Complexa: México " in Feldman-Bianco, B. e Ribeiro, G. L. (orgs.), *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*, Brasília e Campinas: Editoras UnB e Unicamp.